


A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES FRENTE ÀS NOVAS DEMANDAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO PANDEMICO: UM ESTUDO DE CASO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Julian Silveira Diogo de Ávila Fontoura ¹

Resumo

O presente artigo busca evidenciar a percepção de jovens estudantes da Rede Pública de Educação do Estado do Rio Grande do Sul sobre a implementação e o desenvolvimento do ensino-remoto emergencial, à luz da efetivação do direito à educação no contexto da pandemia do novo coronavírus. Como estratégia metodológica na produção de dados, fora utilizado o estudo de caso na sua abordagem qualitativa junto ao instrumental das entrevistas semiestruturadas. Já o processo analítico se deu pela análise textual discursiva. Os resultados apontam para o complexo cenário de efetivação do direito à educação por parte do poder público, a proposta do ensino-remoto emergencial, pelo olhar do alunado, não considerou elementos como o acesso as tecnologias e as novas demandas do mundo do trabalho no cenário pandêmico na interface com o emergente paradigma educacional, de forma a potencializar vulnerabilidades e desigualdades presentes no espaço escolar.

Palavras-chave: Educação Básica; Pandemia; Ensino-Remoto Emergencial.

STUDENTS' PERCEPTION FACING NEW EDUCATIONAL DEMANDS IN THE PANDEMICAL CONTEXT: A CASE STUDY IN THE RIO GRANDE DO SUL

Abstract

This article seeks to highlight the perception of young students from the Public Education Network of the State of Rio Grande do Sul on the implementation and development of emergency remote teaching, in light of the realization of the right to education in the context of the pandemic of the new coronavirus. As a methodological strategy in the production of data, the case study was used in its qualitative approach along with the instrumental of semi-structured interviews. The analytical process took place through discursive textual analysis. The results point to the complex scenario of the realization of the right to education by the government, the proposal of emergency remote teaching, from the perspective of the students, did not consider elements such as access to technologies and the new demands of the world of work in the scenario pandemic

¹Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor do Departamento de Estudos Especializados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DEE/UFRGS).



in the interface with the emerging educational paradigm, in order to enhance vulnerabilities and inequalities present in the school space.

Keywords: Basic Education; Pandemic; Emergency Remote-Teaching.

1. Introdução

A pandemia do covid-19 (SARS-CoV-2), além do seu impacto nas questões sanitárias e econômicas ao redor do globo, fez com que houvesse um imperativo significativo no desenvolvimento de uma “nova” perspectiva educativa (JAKIMIUI, 2020). Essa perspectiva possui várias denominações, carregando em si diferentes conceitos e mesmo vieses do papel da educação na conjuntura pandêmica, como: educação em casa, ensino emergencial, ensino remoto, ensino híbrido, entre outras. De toda forma, as questões ligadas à utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação nunca antes se colocaram tão presentes junto à nova configuração do espaço educativo (ALVES, 2020).

A organização do trabalho pedagógico mediada pelas tecnologias foi a saída emergencial encontrada por gestores educacionais na consecução dos objetivos educacionais das redes/sistemas educativos, no Brasil, para além do que preconiza a Constituição Federal (BRASIL, 1988), mais especificamente em seu Art. 6º ao apontar a educação como um direito social, e no Art. 205º da Carta Magna onde a educação emerge como um direito de todos e dever do Estado e da família; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Federal nº 9.394/96, ratifica o que preconiza os citados anteriormente da Constituição Federal ao indicar em seu Art. 1º “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

No combate ao covid-19, em nosso país, uma série de estratégias foram desenvolvidas até a chegada das vacinas, como o fomento ao isolamento e ao distanciamento social, uso de máscaras, redução de horários de circulação de pessoas, estímulo ao *home office*, e o fechamento de estabelecimentos, incluímos aqui as instituições de ensino (ALVES, 2020). Com a chegada das vacinas e o gradual aumento da imunização da população brasileira, os regramentos editados pelos governos começaram a ser flexibilizados gradativamente ao ponto da “retomada da normalidade” dos arranjos da tessitura social.

As instituições escolares aos poucos foram se abrindo para o convívio da nova realidade educacional e sanitária, seguindo protocolos previamente estabelecidos, e retomando o “trabalho presencial”, suas variações e suas excepcionalidades. O “novo normal” como chamado por alguns (FONTOURA, 2021), no cenário da escola trouxe questões antes pouco valorizadas nos debates educacionais, para além da importância da formação de professores (qualificação) e os mecanismos reguladores dos processos de ensino e aprendizagem.



Temos a presença da valorização do trabalho docente, o papel da família como elemento ativo na aprendizagem, os diferentes arranjos educativos emergentes nas plataformas de ensino, a dependência de um modelo único de aprendizagem e conseqüentemente as desigualdades e vulnerabilidades presentes junto aos diferentes sistemas educativos no Brasil (MACEDO, 2021).

Uma das soluções para a efetivação do direito à educação também se mostrou o seu ponto mais sensível: o uso das tecnologias remediando a não-presencialidade. Aqui destaco duas realidades distintas presentes no debate educativo, a escola pública e a escola privada, ambas adotaram vieses diferentes no entendimento e na compreensão da mediação pedagógica através das telas, conseqüentemente, os estudantes desenvolveram relações bastante díspares com relação à escola, aos conteúdos e com o próprio processo de ensino-aprendizagem (ALVES, 2020).

Estudos e investigações apresentadas por Oliveira (2021), Lunardi e colaboradores (2021), Peres (2020) e outros, acabam evidenciando não apenas o *déficit* educacional trazido pela pandemia, mas também a percepção destes sujeitos sobre o espaço escolar foi se modificando de forma significativa no primeiro momento de isolamento social e após com a abertura das escolas.

O estudo que apresentamos tem por objetivo evidenciar a percepção de estudantes da educação pública sobre o impacto da estratégia do ensino-remoto emergencial no seu trânsito formativo. Como estratégia metodológica, nos apoiamos no Estudo de Caso (YIN, 2001) de abordagem qualitativa (CERVO; BERVIAN, 2002; SANTOS FILHO, 2013). A produção de dados se deu pelo instrumental de entrevistas semiestruturadas (HAGUETTE, 2003), com jovens estudantes de idades entre 18 (dezoito) e 20 (vinte) anos matriculados no 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública da Rede Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, vinculada à 1ª Coordenadoria Regional de Educação (1ª CRE - Porto Alegre).

O processo de análise dos dados ocorreu com o auxílio da Análise Textual Discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2016), no alcance dos significados presentes nas falas dos sujeitos de pesquisa para além do dito, evidenciando sentidos presentes no contexto de suas respostas.

Evidenciar o olhar dos estudantes sobre os sentidos do ensino remoto emergencial na sua trajetória torna-se imperativo para a discussão científica. O contexto sócio-histórico nos exige cada vez mais a compreensão dos fenômenos educativos como estratégias salvadoras da educação, mas que por muitas vezes apenas reforçam e estimulam a manutenção das vulnerabilidades estruturais presentes em nossa sociedade. Em outras palavras, acreditamos que o ensino remoto emergencial foi engendrado de formas bastante distintas no cenário da educação pública e da educação privada, para um ampliou desigualdades, e para outros, apresentou possibilidades.

2. A Reconfiguração do trabalho pedagógico: O contexto da investigação

Em 2020 com a chegada do novo coronavírus houve uma profunda transformação na tessitura social e na própria organização social dos seres humanos, a Covid-19 modificou a forma de ser e estar no mundo de todos os sujeitos, atingindo as mais variadas dimensões da sociedade como a conhecemos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), desde o início da pandemia do novo coronavírus chegamos ao número de 240.239.218 (duzentos e quarenta milhões duzentos e trinta e nove mil duzentos e dezoito) casos confirmados da doença e um total de 4.892.690 (quatro milhões oitocentos e noventa e dois mil seiscentos e noventa) óbitos em decorrência. O Brasil por sua vez ocupa a 3ª posição neste triste ranqueamento, com um total de casos confirmados de 21.680.488 (vinte e um milhões seiscentos e oitenta mil quatrocentos e oitenta e oito) e 604.228 (seiscentos e quatro mil duzentos e vinte e oito) óbitos (OMS, 2021). A pandemia foi sentida em diferentes setores da sociedade para além das questões ligadas à saúde, com reflexos nos campos da economia, da seguridade social, do mundo do trabalho, da segurança alimentar, e da educação (JAKIMIU, 2020).

No estado do Rio Grande do Sul a pandemia não apenas agravou a situação da precariedade da educação e das instituições públicas de ensino, a sua presença deu continuidade a um triste processo de (des)configuração da educação gaúcha, pautada na desvalorização dos trabalhadores da educação, o pouco investimento nas escolas e uma concepção de educação com foco na reprodução/instrumentalização. O ano de 2019 foi marcado pela eclosão de uma greve dos servidores públicos do estado tendo como mote o desmanche das carreiras, especialmente ao que se refere a dos trabalhadores em educação (FONTOURA, 2021). Após meses de negociações e a negativa do poder público no reconhecimento e na valorização desses profissionais, as propostas de modificação da carreira das categorias passaram a ser implementadas. Nesse contexto temos a "ampliação" do ano letivo de 2019, encerrado assim no final do mês de janeiro de 2020 (GZH, 2020).

Logo em fevereiro do mesmo ano, houve a retomada das atividades pedagógicas com o início do ano letivo de 2020, em meio à desmotivação dos trabalhadores em educação. A perspectiva de diminuição dos seus rendimentos ao longo da carreira e a garantia de descontos inconstitucionais oriundos da greve tornaram-se uma ameaça constante para toda a categoria. Em 26 de fevereiro de 2020 temos a confirmação do primeiro caso de COVID-19 no Brasil, na cidade de São Paulo (UNA-SUS, 2020), já em 10 de março de 2020, temos a confirmação do primeiro caso de COVID-19 no Estado do Rio Grande do Sul pelo poder público (RIO GRANDE SUL, 2020e). Em meio à descredibilização da educação pública, o desestímulo à permanência da carreira docente e a "retomada" do ano letivo de 2019, um novo ingrediente se apresenta em 2020: a pandemia do novo coronavírus.

Com a edição dos Decretos Estaduais nº 55.118/20, nº 55.154/20 e nº 55.220/20 (RIO GRANDE DO SUL, 2020b; 2020c; 2020d) temos a suspensão das atividades pedagógicas e o chamamento das escolas públicas na construção

de estratégias que possibilitaram a garantia do direito à educação. De forma desorganizada e sem uma diretriz clara da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/RS), as estratégias ficaram a cargo das escolas que se viram obrigadas a mobilizar-se no atendimento às suas comunidades. Entre 18 de março e 31 de maio de 2020 cada uma das unidades de ensino acabou desenvolvendo por sua conta e risco estratégias para a manutenção do trabalho pedagógico de forma remota, com o auxílio das tecnologias digitais de informação e comunicação e o apoio dos seus quadros técnicos (FONTOURA, 2021).

Após esse período nebuloso as escolas se colocaram sobre o concomitante regime do ensino emergencial remoto e do ensino híbrido. Independente do modelo é importante destacarmos que as escolas em nenhum momento deixaram de atender às suas comunidades escolares. Houve seguidas adequações na estruturação das atividades, primeiramente a partir da orientação do parecer nº 01/20 do Conselho Estadual de Educação (RIO GRANDE DO SUL, 2020a) e posteriormente com a flexibilização da presencialidade nas salas de aulas a partir do aumento da imunização dos gaúchos e da utilização de protocolos sanitários de segurança, como a implementação dos Comitês Operacionais de Emergência em Saúde (COEs).

No momento mais crítico da pandemia, as escolas utilizaram basicamente ferramentas digitais na consecução dos objetivos educacionais, como redes sociais, grupos de *whatsapp*, aplicativos de videoconferência entre outros na consecução das aulas e da organização do trabalho pedagógico não apenas da sala de aula, mas sim da escola como um todo (FONTOURA, 2021). No segundo semestre de 2020, foi implementada nas escolas estaduais diretrizes da SEDUC/RS na promoção de uma educação de qualidade, com a unificação de uma plataforma de ensino para todos os alunos matriculados e para os trabalhadores em educação, com a criação de *logins* e *e-mails* institucionais. Mesmo tardiamente, essa diretriz da SEDUC/RS possibilitou e ainda possibilita a extensão da escola de forma organizada para a maioria dos alunos, nas mais distintas realidades educacionais.

Um movimento controverso e inusitado foi adotado pelo governo do Estado, seguindo o parecer do Conselho Nacional de Educação nº 15/20 que recomendou a adoção de medidas que minimizem a evasão e a retenção escolar no ano letivo de 2020, a implementação da "aprovação automática" para todos os alunos matriculados na rede estadual de ensino, com a promessa que no ano letivo de 2021 estratégias pedagógicas seriam lançadas no sentido de resgatar os alunos com dificuldades de aprendizagem e que mesmo assim avançaram. Como argumentos utilizados nesta tomada de decisão foram apresentados a dificuldade no acesso às atividades pedagógicas dos estudantes, a falta de conectividade e material para o desenvolvimento das aulas e as questões emocionais da comunidade escolar sensíveis à pandemia de ordem de saúde mental.

E é nesse cenário que esta investigação se apresenta, muitos estudantes progrediram no trânsito formativo sem necessariamente um acompanhamento adequado em momentos cruciais na Educação Básica, como a passagem do

Ensino Fundamental para o Ensino Médio, e o último ano da etapa do nível da Educação Básica. Refletir sobre esse movimento nos auxilia, enquanto comunidade científica a compreender os (des)caminhos da falácia do aprendizado do ensino remoto emergencial, centrando nossos esforços no olhar dos sujeitos foco de todo o trabalho pedagógico realizado pela escola, os estudantes.

3. Estratégias Metodológicas

Partimos do pressuposto que as estratégias metodológicas se mostram para além de um instrumental replicável na observância do método científico, pelo contrário, da mesma forma que Minayo (2000), encontramos na metodologia o caminho do pensamento, a trajetória a ser percorrida no alcance dos objetivos previamente traçados pelo pesquisador. A metodologia por esse viés acaba ocupando um lugar de destaque junto à produção acadêmica, pois é validação do próprio processo investigativo. Simultaneamente localiza-se no cenário da pesquisa em sua forma indicativa/direcional, compreendendo que ao investigarmos o mesmo fenômeno com abordagens metodológicas distintas há uma grande possibilidade de encontrarmos resultados completamente diferentes (FONTOURA, 2018).

Em função da natureza da investigação que recorreremos ao Estudo de Caso (YIN, 2001) de abordagem qualitativa (CERVO; BERVIAN, 2002; SANTOS FILHO, 2013), possibilitando assim, um entendimento da complexidade do objeto de estudo, do seu *lócus* e também do próprio fenômeno estudado. Esse conjunto possui como principal característica o estudo exaustivo e em profundidade de poucos objetos, de forma a possibilitar a compreensão ampla e ao mesmo tempo específica do fenômeno analisado, dessa forma se constitui como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32).

A abordagem qualitativa que adotamos possibilita o entendimento do fenômeno para além dos significados que se colocam frente aos nossos olhos, aqueles que se revelam a partir de uma visão um pouco mais sensível e aberta do problema de pesquisa. Nesse sentido, esta abordagem busca articular as diferentes percepções dos sujeitos de pesquisa (SANTOS FILHO, 2013). Como sujeitos de pesquisa contamos com 36 (trinta e seis) estudantes da Rede Pública de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, vinculados a escola da 1ª Coordenadoria Regional de Educação (1ª CRE - Porto Alegre) com idades entre 18 (dezoito) e 20 (vinte) anos de idade matriculados no 3º ano do Ensino Médio, que aderiram voluntariamente a esta investigação. A escolha destes sujeitos se deu considerando o momento que se apresentam no trânsito formativo da educação básica, finalização do processo, e também por participarem de dois momentos consecutivos da configuração do processo educativo (antes da pandemia de covid-19 e durante).

Na produção dos dados utilizamos entrevistas semiestruturadas (HAGUETTE, 2003) na sua potência na leitura de determinada realidade, considerando ainda as entrevistas semiestruturadas como um “processo de interação social” (*ibidem*, p. 86), onde a partir da relação estabelecida entre pesquisador e pesquisado, informações são obtidas através de um roteiro de entrevista constando de uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com uma problemática central e que deve ser seguida. Em função das medidas de distanciamento social implementadas no combate à pandemia do novo coronavírus, as entrevistas foram realizadas de forma remota - *on-line* - com o auxílio do serviço de comunicação telemático *Google Meet*. As entrevistas foram gravadas, transcritas e enviadas para ciência dos participantes da pesquisa, que autorizaram o uso dos seus relatos junto à investigação de pesquisa pelo *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*. Os dados desta investigação foram produzidos entre os meses de agosto e setembro do ano de 2021.

No processo de análise dos dados produzidos encontramos no suporte de Moraes e Galiuzzi (2011) a Análise Textual Discursiva. Esta abordagem surge como uma “uma metodologia [de análise] de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos” (*ibidem*, p. 7). Consolida-se como um “processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva” (MORAES, 2003, p. 192), estruturado a partir da desconstrução do *corpus* analítico com foco na identificação de unidades de sentido, possibilitando ao final o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, como potência “na captação do novo emergente em que nova compreensão é comunicada e validada” (*ibidem*, p. 192). Os dados foram tabulados e posteriormente analisados a partir das respostas aos questionamentos de pesquisa, organizados e sistematizados, seguido do processo de categorização e engendramento dos dados produzidos em um metatexto, ou seja, da redação final exposta dos achados de pesquisa presentes neste manuscrito.

O desenvolvimento desta pesquisa atende rigorosamente as determinações da Resolução nº 580/18 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde (CONEP/CNS), que trata das especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas, sendo respaldado tanto no processo de produção dos dados, quanto na análise e divulgação dos mesmos. Além do Ofício Circular nº 02/2021 de 24 de fevereiro de 2021 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (CNEP/SENS/MS) que dá orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Importante salientar que os dados foram produzidos antes da retomada das atividades presenciais obrigatórias junto às escolas públicas integrantes da Rede Pública de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Até a sanção do decreto nº 56.171 de 29 de outubro de 2021, que impõe a obrigatoriedade do retorno das atividades nas escolas a partir de 08 de novembro de 2021.



4. Os Achados de Pesquisa: O que dizem os estudantes...

A partir das entrevistas com os estudantes, fica bastante evidente a percepção de um novo modelo educacional pautado pelo uso das tecnologias, de forma muito mais intensa e acelerada do que antes da pandemia de covid-19. Há uma confusão no senso comum que compreende equivocadamente a *educação à distância* (EaD) e o *ensino-remoto emergencial* (ERE), ambos são conceitos próximos, porém não correlatos. No Brasil, segundo o Decreto Lei nº 9.057/2017, que regulamentou a Lei nº 9.394/1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação nos níveis de ensino, colocando o EaD como recurso para complementar o processo de aprendizagem ou para situações emergenciais.

[...] considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

No cenário da pandemia de covid-19, o que encontramos é não utilização da EaD como recurso para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, nos deparamos com outra “modalidade educacional”, o *ensino-remoto emergencial* considerando a necessidade do distanciamento geográfico como estratégia para o enfrentamento a pandemia na disseminação do vírus. Podemos caracterizar o ensino-remoto emergencial como uma adaptação temporária das metodologias utilizadas no regime presencial, nesta “modalidade” a organização e o desenvolvimento do trabalho pedagógico se estabelecem dentro de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Neste sentido, podemos compreender este modelo de ensino-remoto presencial como:

[...] uma espécie de educação à distância (EaD) improvisada, produzindo materiais às pressas para que os alunos possam estudar em suas casas, envolvendo professores na gravação de vídeo-aulas e transmissões ao vivo em múltiplas plataformas virtuais. Essas ações podem até ser vistas com bons olhos pela opinião pública, mas até onde essa variação barata da EaD pode garantir a oferta e a qualidade de que até então eram presenciais? (ZAJAC, p. 1, 2020).

Infelizmente muitos professores, da mesma forma que os estudantes, desconhecem as diferenças entre o ERE e a EaD, no sentido da sua concepção pedagógica, para além da sua operacionalização no contexto da escola. O movimento de entrada *abrupta* das tecnologias digitais na escola trouxe uma série de dificuldades para as escolas conseguirem atingir seus objetivos educacionais, aqui não nos referimos ao uso das tecnologias e mídias digitais,

mas sim ao próprio processo de estímulo e instrumentalização para seu uso, articulando seus fundamentos basilares a prática pedagógica.

Alguns dos meus professores não sabem mexer na plataforma que a gente usa, às vezes eu até ajudo eles, mas eu tava pensando, em algumas aulas, o remoto é igual ao presencial, igualzinho, o professor posta um pdf e a gente copia no caderno. Vai dizer que não parece a mesma coisa? Quando temos aula síncrona à professora fala e fala, a gente fica escutando, às vezes alguém pergunta e tudo mais, viu como é a mesma coisa? (Salgueiro, 19 anos).

A emergência da covid-19 fez com que não apenas os processos educativos fossem repensados como um todo, mas as práticas pedagógicas foram igualmente problematizadas pelas escolas, conseqüentemente pelo seu corpo docente. “Novas” demandas emergiram nesse cenário, questões próximas as desigualdade e vulnerabilidades tornaram-se elementos fundamentais junto aos processos de regulação das aprendizagens. A combinação de abordagens, instrumentos e ferramentas didáticas ganharam destaque nesse cenário e nos mais diversos campos do conhecimento. Vídeos, animações, painéis virtuais de construção coletivas, simuladores, jogos, *blogs*, redes sociais, entre tantos outros foram utilizados no atendimento aos objetivos educacionais.

Nunca pensei que poderia ter uma aula de matemática usando o whatsapp, nem a minha mãe acreditou que eu estava na aula. A professora montou um grupo com todos os alunos, e colocava uns desafios pra gente fazer, a regra era que tinha que responder tudo pelo ‘zap’, no começo a gente se perdeu um pouco, mas depois foi demais, até aquela parte dos gráficos caia (Pinheiro, 18 anos).

Com muita criatividade e inventividade as práticas pedagógicas foram sendo adaptadas à nova realidade da pandemia, o “tradicional” não tinha mais espaço era de difícil operacionalização também, boa parte dos professores - mesmo sem uma formação adequada para tanto - se lançaram nas plataformas e mídias digitais, para incrementar as suas aulas e potencializar a sua prática. Fontoura (2021) destaca em sua investigação que este movimento não ocorreu de forma linear e homogênea por parte dos professores da Rede Pública Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul, parte dos docentes desconheciam os dispositivos digitais, as ferramentas disponíveis, e conhecimento tácito para o planejamento e a execução das aulas na modalidade remota. Muito investimento pessoal foi realizado na compra de equipamentos, aumento da qualidade da internet nas residências, tempo de trabalho para além das horas contratadas e sem contar com subsídios do Governo do Estado.

Algumas professoras tinham umas câmeras que a gente mal via a cara delas, a professora de química dava aula usando o celular, deixava ele parado, escrevia as fórmulas num quadrinho pequeno

e mostrava pra gente, era bem estranho, a gente não conseguiu aprender muita coisa com ela, pelo menos desse jeito (Oliveira, 18 anos).

Esta nova forma de perceber o processo educativo, mesmo que emergencialmente, é um vislumbre de um futuro possível, os estudantes já perceberam essa possibilidade de uma educação virtualizada, com o apoio do professor sim, mas mediada pelas telas. Mas será que esses sujeitos da escola estão preparados para tanto? Essa é uma das questões que são constantemente colocadas na pauta dos debates educacionais nesse cenário pandêmico, quando nos referimos à educação pública. Infelizmente o covid-19 evidenciou as grandes desigualdades educacionais, porém a questão do acesso aos recursos ganhou destaque no conjunto, pois as ferramentas utilizadas pelos estudantes não estavam alinhadas com as suas demandas educacionais e principalmente com o “serviço” oferecido a estes sujeitos por parte das mantenedoras.

Aqui em casa sou eu e mais dois irmãos na escola, eu até tenho um celular, mas o aplicativo da escola não funciona aqui, nem dá pra baixar, então todo mundo usa o celular da mãe, mas ela usa pra trabalhar também. Isso é ruim, porque a gente se reveza pra fazer as coisas do colégio, mas eu deixo pros meus irmãos menores, depois eu dou um jeito de correr atrás (Pereira, 19 anos).

Como apontamos anteriormente, a questão do ensino-remoto emergencial é bastante complexa, pois envolve uma série de dimensões educativas que não dependem exclusivamente do papel da escola e dos seus sujeitos. É preciso considerar o papel do poder público no atendimento ao que consta no Art. 205 da Constituição Federal “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade” (BRASIL, 1988).

Refletir sobre as mudanças educativas operadas nesse novo paradigma educacional é reconhecer a necessidade de focalizarmos nossos esforços para a perspectiva da educação como direito de todos, para além do que está preconizado na legislação. Infelizmente o Brasil possui em seu “processo histórico de consolidação da nação possui a presença marcada das desigualdades e menosprezo as vulnerabilidades” (FONTOURA, 2021, p. 1076), precisamos ter esse movimento em mente no (re)pensar o alcance e o potencial da ação educativa/pedagógica na superação das fragilidades de ensino-aprendizagem.

Não há dúvidas quanto à utilização do ERE na consecução dos objetivos pedagógicos das escolas no cenário da pandemia de covid-19, todavia a problemática está na forma acelerada na sua implementação, de forma a desconsiderar variáveis importantes, como as questões de acesso as tecnologias, disponibilidade de redes de internet, o tempo dedicado aos estudos entre outros. Os estudantes participantes deste estudo destacam em suas falas as dificuldades encontradas para se adequarem a este novo modelo de escola.

É muito diferente estudar assim, principalmente quando a gente não tem tempo, espaço pra estudar... Essas coisas básicas sabe! No começo todo mundo achava legal estudar de casa, mas na verdade a gente não estuda, só finge, tem colegas que nem conseguiram acessar a plataforma (Nogueira, 20 anos).

De verdade eu acho que os professores não sabem dar aula nesse remoto, é a mesma coisa que o presencial, só que pelo celular. Às vezes eu não enxergo o que a professora coloca no quadro, já é pequeno e na tela do meu celular não dá pra ver nada. Eu só tô ainda na escola pra me formar, se não já tinha largado tudo, esse jeito tá muito ruim (Carvalho, 18 anos).

Para os alunos do 3º ano do Ensino Médio que estão finalizando o trânsito formativo da Educação Básica, o ERE não potencializou as suas aprendizagens, pelo contrário, reforçou estigmas já cristalizados, alargou as vulnerabilidades e desigualdades educacionais e diminuiu as perspectivas de futuro destes jovens no que se refere à continuidade dos estudos.

Estudar pra passar no vestibular e ENEM é coisa de outro mundo, no presencial alguns professores até nos ajudavam, mas agora fica difícil porque temos pouco tempo de aula com eles ao vivo pela internet, a maior parte do tempo eles postam vídeos da internet ou que eles fazem. Antes eu tinha um lugar pra estudar, tinha gente prestando atenção em mim, agora eu estudo na cozinha (que tem mesa) com meu celular no tempo que dá. Eu acho triste isso, tipo não era pra ser assim. A pandemia venho com tudo e não só nas coisas de saúde e tals (Pinheiro, 18 anos).

É percebida uma profunda falta de estímulo nos estudantes quanto às possibilidades de utilização do ERE junto a sua trajetória formativa. Entendemos que a pandemia desvelou uma série de dificuldades sociais que se imbricam as sanitárias e potencializam as educacionais. Em vários momentos, os estudantes se referiam ao último ano do Ensino Médio, nesta configuração pandêmica, como uma perda de tempo já que não aprendiam nada, da mesma forma que várias comparações com a educação privada foram realizadas.

A galera do particular não deve ter esses problemas que a gente tem aqui na escola, eles se preocupam só em estudar, a gente pensa em um monte de coisa junto, o estágio, o salário, o ônibus que a gente vai pegar, fala sério. Ontem a mãe me emprestou dinheiro pra colocar crédito no celular pra poder assistir a aula, deu pra ver direitinho, aí o professor deixou um vídeo pra gente ver e responder umas perguntas, foi todos os meus créditos e eu nem consegui ver todo o vídeo no final, acabei vendo no serviço (Figueira, 20 anos).

Existe uma questão da materialidade da vida que mostra a sua face mais cruel no contexto da pandemia, muitos dos estudantes acabaram priorizando as

atividades dos seus estágios remunerados ou ainda empregos informais em detrimento da convivência e das atividades escolares, a pandemia de covid-19 modificou severamente os arranjos econômicos, por consequência, novos engendramentos foram criados. Com a “flexibilidade” das aulas no sistema ERE, muitos estudantes aproveitaram o “tempo livre” para ajudar no complemento da renda familiar.

As aulas remotas como não aconteciam todo dia acabei focando um pouco mais no trabalho, meu chefe pagou minhas horas extras, pude ajudar a minha mãe e minha irmã com as coisas aqui de casa. Minha mãe perdeu o emprego, fica procurando, mas tá difícil pra todo mundo. Ainda bem que eu consigo trabalhar, depois com o colégio eu corro atrás, mas a barriga da gente com fome tem pressa né sor (Falcão, 19 anos).

Os relatos dos estudantes ao longo desta investigação deixam bastante claro os intercruzamentos existentes e presentes a efetivação do ERE. O processo é extremamente complexo, considerando ainda o contexto de desigualdades sociais e educacionais no qual estamos imersos em nosso país. Acreditamos que é fundamental para a investigação científica acompanhar as modificações do fenômeno educacional considerando a perspectiva dos sujeitos foco de todo esse processo, os estudantes. As suas vivências e experiências devem ser consideradas, especialmente neste momento tão singular que estamos passando enquanto sociedade.

5. Considerações finais

A pandemia do covid-19 trouxe uma série de impactos no trânsito formativo dos estudantes da Educação Básica em nosso país, tanto na educação pública, quanto na privada. Talvez a questão que emergja seria a forma como esse impacto é materializado nessas esferas educativas. O texto que apresentamos aqui busca trazer para reflexão a percepção de estudantes da Educação Básica pública sobre o ensino-remoto no contexto das escolas em que se inserem. Destacamos aqui a importância desta investigação, pois compreendemos que a pandemia da covid-19 derrama seus reflexos em várias instâncias da tessitura social, e na educação não poderia ser diferente, considerando ainda os contextos, seus atores e ainda as dimensões que são engendradas na sua consecução. Importante evidenciarmos a percepção dos estudantes nesse cenário, não nos esqueçamos, eles são o objetivo/foco de toda a organização e o desenvolvimento do trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula.

O ensino-remoto emergencial foi uma estratégia utilizada em vários países ao redor do globo com o objetivo de garantir o direito à educação para todos, todavia, esse processo não ocorreu de forma homogênea entre os países, e mais ainda quando analisamos as nações internamente, a diferenças presentes entre os estados de um mesmo país. O uso das tecnologias digitais de comunicação e informação foi à saída utilizada para dar conta das demandas educacionais, a

questão que se apresenta aqui é a forma como esse uso foi incorporado junto às práticas pedagógicas nas escolas, desconsiderando o cenário de desigualdades e vulnerabilidades existentes e que não se restringem exclusivamente a questões puramente educativas.

E nesse sentido, os relatos dos estudantes acabam em alguma medida indicar que as questões ligadas à qualidade da educação foram colocadas em segundo plano por parte da maioria dos gestores educacionais, com a prerrogativa de continuidade do trabalho educativo no atendimento ao direito à educação, infelizmente esse direito pouco se efetivou, pois o mesmo não se estabelece apenas na sua relação com o acesso, elementos como permanência e sucesso escolar compõem este argumento. O foco exacerbado nos recursos tecnológicos desconsiderou em grande parte a realidade educacional brasileira, uma realidade que tem como contornos as desigualdades sociais e materiais, a falta de valorização dos trabalhadores em educação, a carente instrumentalização tecnológica das escolas, e por fim uma disputa ideológica sobre a concepção de educação norteadora das práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lynn. Educação Remota: Entre a Ilusão e a Realidade. **Interfaces Científicas**, v. 8, n. 3, p. 348-365, 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/lmlSeYZ> Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Constituição Federal 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://cutt.ly/umlA1mc> Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <https://cutt.ly/WmlA2Ya> Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. **Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <https://cutt.ly/JUEyxaP> Acesso em: 28 dez. 2021.

CERVO, Amado Luiz.; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

FONTOURA, Julian. A efetivação do direito à educação com qualidade social: o início do contexto pandêmico no estado do Rio Grande do Sul na percepção de gestores escolares. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 10, n. 3, p. 1072-1089, set./dez. 2021.

FONTOURA; Julian. **A Gestão da Educação Superior em Contextos Emergentes**: A Perspectiva dos Coordenadores dos Cursos Superiores de



Tecnologia do IFRS – Campus Porto Alegre. 204 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

GZH Política. **Após 57 dias, professores estaduais encerram greve.** Magistério – Matéria 14/01/2020. Disponível em: <https://cutt.ly/KmlSvLu> Acesso em: 21 dez 2021.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

JAKIMIU, Vanessa Campos de Lara. O Direito à Educação no Contexto da Pandemia (Covid-19) no Brasil: Projetos de Formação em Disputa. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 6, p. 94-117, 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/5mlSQxz> Acesso em 20 jun. 2021.

KUBOTA, Luis Claudio. **A Infraestrutura Sanitária e Tecnológica das Escolas e a Retomada das Aulas Em Tempos de Covid-19.** Nota Técnica n. 70. Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2020.

LUNARDI, Nataly Moretzsohn Silveira Simões *et al.* Aulas Remotas Durante a Pandemia: dificuldades e estratégias utilizadas por pais. **Educação & Realidade**, v. 46, n. 2, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/EUYXyrM> Acesso em 20 jun. 2021.

MACEDO, Renata Mourão. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. **Estudos Históricos**, v. 34, n. 73, p. 262-280, 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/TUYXshK> Acesso em 20 jun. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Conceito de Metodologia de Pesquisa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, nº. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <https://cutt.ly/LUYXbkG> Acesso em 20 jun. 2021.

MORAES, Roque.; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva.** 3. ed. Rev. e Ampl. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

OLIVEIRA, Thamires Maia Paula. Dificuldades de aprendizagem e a pandemia: agravamento ou evidenciamento da dificuldade já existente? **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 5, p. 885-892, 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/yUYXT82> Acesso em 20 jun. 2021.



ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Coronavirus disease (COVID-19):** Situation Report – of 20 October 2021. World Health Organization, p. 1-24, 2021.

PERES, Maria Regina. Novos desafios da gestão escolar e de sala de aula em tempos de pandemia. **Revista Administração Educacional**, v.11, n. 1 p. 20-31, 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/WUYXGpL> Acesso em 20 jun. 2021.

RIO GRANDE DO SUL, Conselho Estadual de Educação. Parecer nº 01/20. **Orienta as Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre o desenvolvimento das atividades escolares, excepcionalmente, enquanto permanecerem as medidas de prevenção ao novo Coronavírus – COVID-19.** Porto Alegre, DOE, ano LXXVIII, nº 55, 2020a.

RIO GRANDE DO SUL, Decreto nº 54.875, de 21 de novembro de 2019. **Fixa normas gerais para o calendário escolar da rede estadual de ensino para o ano letivo de 2020.** Disponível em: <https://cutt.ly/umlSSGL> Acesso em 1 jul. 2021.

RIO GRANDE DO SUL, Decreto nº 55.118, de 16 de março de 2020b. **Estabelece medidas complementares de prevenção ao contágio pelo COVID-19 (novo Coronavírus) no âmbito do Estado.** Disponível em: <https://cutt.ly/FmlSD0z> Acesso em 1 jul. 2021.

RIO GRANDE DO SUL, Decreto nº 55.154, de 1 de abril de 2020c. **Reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.** Disponível em: <https://cutt.ly/0mlSGyA> Acesso em 1 jul. 2021.

RIO GRANDE DO SUL, Decreto nº 55.220/20, de 30 de abril de 2020d. **Altera o Decreto nº 55.154, de 1º de abril de 2020, que reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.** Disponível em: <https://cutt.ly/VmlSHP8> Acesso em 1 jul. 2021.

RIO GRANDE DO SUL, Decreto nº 56.171, de 29 de outubro de 2021. **Estabelece as normas aplicáveis às instituições e aos estabelecimentos de ensino situados no território do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) de que trata o Decreto nº 55.882, de 15 de maio de 2021, que institui o Sistema de Avisos, Alertas e Ações.** Disponível em: <https://cutt.ly/JUEumpb> Acesso em: 1 jul. 2021.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria Estadual da Saúde. **Confirmado o primeiro caso de novo coronavírus no Rio Grande do Sul.** Comunicação – Notícias: 10/03/2020e. Disponível em: <https://cutt.ly/ymlSJ1Z> Acesso em 02 jul. 2021.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: SANTOS FILHO, José Camilo dos.; GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade.** 8. ed. São Paulo: Cortez, p.13-59, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra: Edições Almedina, 2020.

UNA-SUS, Ministério da Saúde. **Coronavírus:** Brasil confirma primeiro caso da doença. Disponível em: <https://cutt.ly/FmlSLWC> Acesso em 07 jul. 2021.

ZAJAC, Danilo. **Ensino remoto na Educação Básica e COVID-19:** um agravado ao Direito à Educação e outros impasses. EPUFABC, 2020.

YIN, Robert. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Recebido em: 30 de dezembro de 2021.
Aceito em: 24 de março de 2022.
Publicado em: 27 de maio de 2022.

